

PPP – ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Projeto para eventual concessão administrativa para prestação dos serviços de gestão, operação, modernização, otimização, expansão e manutenção da infraestrutura da REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, dos municípios consorciados, tais sejam: Albertina, Andradas, Bandeira do Sul, Caldas, Divisa Nova, Ibitiúra de Minas, Ipuiuna e Santa Rita de Caldas.

CONSULTA PÚBLICA, no período de 30/04/2021 a 30/05/2021, objetivando o recebimento de contribuições, críticas e sugestões, com a finalidade de eventual contratação de PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA (PPP) destinado à CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, pelo prazo de 25 (vinte e cinco) anos, com valor estimado do contrato em R\$ 37.764.000,00, para a prestação dos serviços de gestão, operação, modernização, otimização, expansão e manutenção da infraestrutura da REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, dos municípios consorciados, tais sejam: Albertina, Andradas, Bandeira do Sul, Caldas, Divisa Nova, Ibitiúra de Minas, Ipuiuna e Santa Rita de Caldas.

Audiência Pública no Município de Albertina, realizada em 25/05/2021 às 09h00:

1. Joana Cunha: Para a Kappex ...porque o prazo de concessão é tão longo ? 25 anos ?

Resposta: A legislação federal estabelece que todo processo de concessão deve considerar o prazo necessário para que o futuro contratado possa realizar todos os investimentos necessários para atender às necessidades do interesse público e, também, o prazo para que estes investimentos sejam devidamente amortizados.

Neste sentido, o artigo 2º da Lei Federal nº 8987/95:

III - concessão de serviço público precedida da execução de obra pública: a construção, total ou parcial, conservação, reforma, ampliação ou melhoramento de quaisquer obras de interesse público, delegados pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade concorrência ou diálogo competitivo, a pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para a sua realização, por sua conta e risco, de forma que o investimento da concessionária seja remunerado e amortizado mediante a exploração do serviço ou da obra por prazo determinado;

A modelagem econômico e financeira, de outro lado, preocupou-se em construir um cenário onde o agente privado realize os investimentos de forma bastante célere, para que os municípios percebam as melhorias proporcionadas pelo contrato o quanto antes, o que se traduziu na exigência de investimento na troca de toda a infraestrutura já no primeiro ano de contrato.

À tal estruturação foi agregada uma taxa interna de retorno (TIR) alinhada com as expectativas do mercado de serviços público atual, o que projetou o prazo de retorno de investimento inicial para o momento muito próximo da vida útil dos equipamentos (em torno de 10 a 12 anos), tornando necessária a previsão de novo investimento no parque, de sorte a manter a qualidade da prestação dos serviços, e a vida útil adequada dos equipamentos.

Nesta esteira, foi projetado um prazo de contrato adequado para que o agente privado tenha o retorno integral do capital a ser investido nestas duas ocorrências de investimento.

Audiência Pública no Município de Andradadas, realizada em 25/05/2021 às 19h00:

2. Rodney Rossi: Gostaria de saber como será medido qualidade do serviço prestado e quem o fará, visto que terá multas para prestador.

Resposta: O contrato será fiscalizado por um verificador independente que será contratado pelo Poder Concedente, neste caso, o CPGI. Entretanto, vale ressaltar que o anexo B – remuneração e mecanismos de pagamento e anexo C – sistema de mensuração de disponibilidade e desempenho, contem diretrizes para balizar a qualidade do serviço bastante detalhadas.

O sistema de mensuração de qualidade dos serviços aborda tanto aspectos técnicos objetivos – a serem avaliados com o auxílio do verificador independente – quanto da qualidade dos serviços tais como demora na troca de equipamentos em falha.

É importante registrar que no caso de má-qualidade dos serviços, há diminuição da contraprestação a ser paga para o privado, além da possibilidade de aplicação de multas contratuais.

Audiência Pública no Município de Divisa Nova, realizada em 26/05/2021 às 09h00:

3. Joana Cunha: como o consorcio irá fiscalizar o contrato?

Resposta: Foi respondida na Audiência

4. Joana Cunha: em quanto tempo irá iluminar a cidade inteira?

Resposta: O prazo para modernizar todo o parque de iluminação dos 08 (oito) municípios é de 1 ano, a partir da assinatura do contrato.

5. Joana Cunha: todas as cidades serão feitas simultaneamente?

Resposta: Todas os municípios serão modernizados no primeiro ano do contrato, cabendo à futura contratada estruturar o seu plano de trabalho para atingir a esta meta.

Audiência Pública no Município de Bandeira do Sul, realizada em 26/05/2021 às 16h30:

6. Joana Cunha: Para o prefeito, existe a possibilidade de diminuir o valor da contribuição?

Resposta: No presente momento, não há a conveniência de diminuir o valor da contribuição pois ela é necessária para fazer frente ao modelo econômico e financeiro que lastreou os estudos. No entanto, a estrutura do Edital foi a de menor preço. O interesse é que a empresa ofereça um valor menor e a diferença fique com o município. Após a concessão, definido o valor, o tema poderá ser revisto

Audiência Pública no Município de Ipuina, realizada em 27/05/2021 às 09h30:

7. Carlos: Gostaria de saber de quem é a responsabilidade de fiscalizar o contrato com a Empresa Privada que vai assumir a Concessão?

8. Carlos: Se não cumprir o contrato, existe algum tipo de punição para a Empresa que presta este serviço? – Foram respondidas na Audiência

9. Joana Cunha: Como funciona as garantias contratuais? Pq alteração no percentual do valor? Caso surja novos bairros ou crescimento da cidade, será realizada a implantação da iluminação pela empresa vencedora tb? Ou só serão contemplados o perímetro já existente? – Foram respondidas na Audiência

Audiência Pública no Município de Santa Rita de Caldas, realizada em 27/05/2021 às 18h00:

10. Hugo Fernando do Couto Facó: Sem dúvida o projeto é ótimo. Todavia, assusta-me o prazo de 25 anos. Outro fator, até dezembro de 2023 o município pode desvincular até 30% do valor arrecado com a taxa de iluminação pública, parte deste valor o município tem utilizado para custear as despesas com a energia dos prédios públicos, que, segundo a vereadora

Maria Inês, esse valor atualmente é em torno de 9 mil reais, o que dá até dezembro de 2023 279 mil reais. Caso a PPP for aprovada, esse valor deverá sair de outra dotação orçamentária, isso não impactaria negativamente o município? De qual dotação sairá o recurso para custeio com as despesas de energia elétrica dos prédios públicos? – Foram respondidas na Audiência

11. Patrícia: Qual é o mecanismo de rescisão contratual com o consórcio, caso a prestação de serviços ao município não estiver sendo cumprida, já que a concessão é de longo prazo? Não existe um outro projeto em paralelo para reduzir o prazo de concessão de 25 anos, para dar opção ao município de analisar qual projeto que seria mais viável economicamente? – Foram respondidas na Audiência

12. Adriano: Se toda tecnologia deve ser trocada em 13 anos, porquê não fazer o edital para 13 anos? – Foram respondidas na Audiência

13. Wesley Assunção: Este contrato vai subir a tx de iluminação pública que pagamos na conta de energia elétrica da Cemig?

Se ocorrer contratação deste serviço, as lâmpadas do município de Santa Rita de Caldas que já são LED serão abatidas do orçamento do contrato? – Foram respondidas na Audiência

14. Mikelle Rophiman dos Reis: Eu moro na esquina e uma das ruas não tem iluminação pública. Seria possível verificar esse problema?

Resposta: Você pode passar o endereço que falta Iluminação?

15. Mikelle Rophiman dos Reis: Rua Maria Theodoro Franco Maciel

Resposta: Iremos verificar a ausência de iluminação nesta rua, mas todo o município será modernizado no 1 ano da concessão.

Audiência Pública no Município de Ibitiúra de Minas, realizada em 28/05/2021 às 09h00:

Todas as perguntas foram respondidas na audiência.

Audiência Pública no Município de Caldas, realizada em 28/05/2021 às 16h30:

Todas as perguntas foram respondidas na audiência.

FIM DO DOCUMENTO.